

Helio

29/11

1913

Juris de Direito da Banca-  
ria de Santo Antonio do  
Rio Madeira do Estado de  
Matto Grosso.

Escritor  
Chaves

Obras ordinaria.

Autor:  
Mauel Corrêa de Melo  
Rio  
Roman Chaves.

Autores.  
Das quatorze dias do mes  
de Maio do anno de mil  
novecentos e treze, nesta  
villa de Santo Antonio do  
Rio Madeira, esse esse Bar-  
toris, autor a petição com  
despacho e do cemcentos, que  
adante se vê, do que faço  
este termo. Eu Chaves de  
Taisas e Silva, escrivão e es-  
crevi.

Autor



2  
Heitão

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>mo</sup> D.<sup>o</sup> Juiz de Direito des-  
ta Comarca

D. A. Como requer. Santa  
Antonio, 14 de Março de  
1913. João Chaves

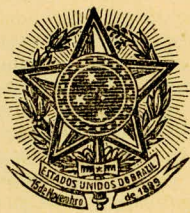
Diz Manoel Corrêa de Mello, nego-  
ciante e morador nesta Villa, por  
seu advogado infra assignado, que  
sendo Credor de Romão Chaves, tambem  
morador nesta Villa, da quantia de  
um conto de reis (1.000.000) proveni-  
ente de transações que tem o supp.  
com o supplicado, conformes documen-  
tos juntos, quer citá-lo para, na 1.<sup>a</sup>  
audiencia deste Juizo, ver propor con-  
tra elle a competente accção ordinaria,  
na qual o supp.<sup>l</sup> pedirá a refeni-  
da quantia e custas, ficando logo ci-  
tado para todos os demais termos  
da causa até final sentença, sob  
pena de revelia.

Pede a V.<sup>ga</sup> Ex.<sup>ca</sup> que é distribuida e  
anunciada a presente com os docu-  
mentos juntos se faça a citação pre-  
tendida. Santo Antonio, 14 de Março de 1913

João Chaves







1.º Traslado

Livro 1.º F.º 28.º

Procuração que faz o Senhor Manoel  
Gomes de Mello, ao Senhor  
Luiz Antonio Barretto.

SAIBAM os que este publico instrumento de Procuração bastante virem, que aos onze dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e treze nesta villa de Santo Antonio do Rio Madeira, Estado de Matto Grosso, Republica dos Estados Unidos do Brazil, comparece eu como outorgante, eu Manoel Gomes de Mello, Cidadão Manoel Gomes de Mello, Comerciante estabelecido e residente nesta Villa.

reconhecido de mim pelo proprio e das duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas que tambem reconheço e foi fe'.

E em presença das mesmas por elle foi dito que nomea e constitue seu bastante procurador nesta Villa, o Cidadão Luiz Antonio Barretto, especialmente para tratar da Gabrança das contas que a elle são devedores Roman Chaves e José Soares da Rocha, podendo, para isso usar de todos os poderes necessarios, propondo e seguindo accão ou accão provisas, reprehendo quaisquer medidas preventivas ou accionatorias, como se jam embarços, puehoras e os mais que julgar convenientes. Reservando ao Doutor Wulpiano Machado que é procurador do outorgante, todos os poderes a elle conferidos, podera o nesta data constituido, usar equ almente os poderes impressos na presente, e que são os de



Gerir e administrar todos os negocios e bens do outorgante, e exercer todos os seus direitos e acções, em Juizo e fóra delle, perante repartições publicas, federaes, estaduais ou municipaes, quaesquer autoridades constituídas, e particulares, onde com esta se apresentar e exhibir-a, reclamando e pugnando pelos seus interesses. — Promover tudo que entender acertado a beneficio do outorgante, como se elle proprio fóra. — Representar o outorgante no fóro em geral, como autor, réo, oppoente ou assistente, propondo as acções competentes e intervindo nas que lhe forem intentadas, ou nas que de qualquer modo o interessarem; seguil-as em todos os seus termos, incidentes e recursos, inclusive o extraordinario para o Supremo Tribunal Federal, nos casos permittidos, até final sentença e sua execução. — Requerer qualquer medida preventiva, assecuratoria ou executiva, a bem dos direitos e interesses do outorgante. — Produzir todo genero de provas, requerendo, allegando, promovendo e assignando tudo que respectivamente haja mistér. — Inquerir, reperguntar e contestar testemunhas, e requerer acareação dellas, quando necessario. — Prestar, em nome do outorgante, todos os juramentos ou compromissos legaes, de qualquer especie que seja, assignando os respectivos termos. — Dar queixa de quem quer que seja, por ultraje ou crime praticado contra a pessoa do outorgante, solicitando permissão para nella fazer-se representar. — Desistir e variar de acções, intentar outras de novo, e reconvir, quando o deva, para a defeza de quaesquer direitos do outorgante. — Assignar petições, autos, termos, allegações, articulados e quaesquer excepções, mesmo de nullidade plena ou relativa, referentes ás acções que o outorgante tenha proposto ou lhe hajam intentado, e outrosim assignar termos de confissões, louvações e negações. — Praticar todos os actos de inteira gestão mercantil, nos termos do art. 145 do Código Commercial, sem limitação nem restricção alguma. — Representar o outorgante nos inventarios e partilhas em que estiverem de qualquer modo envolvidos os seus interesses. — Transgir livremente, judicial ou extra-judicialmente, sobre bens, credits, direitos e acções do outorgante. — Fazer verificar e devidamente classificar os credits do outorgante, nos casos de fallencia de seus devedores, demandar pagamentos, disputar preferencias, comparecer ás reuniões de credores, votar, tomar e impugnar qualquer deliberação concernente á massa. — Receber as importancias que lhe tocarem em rateio, e requerer enfim quaesquer providencias attinentes á integral segurança de seus respectivos credits. — Apresentar a protesto lettras de cambio ou qualquer titulo sujeito a essa formalidade, tirar os necessarios instrumentos e assignal-os. Cobrar e receber qualquer quantia ou valor a que o outorgante tenha direito, de qualquer proveniencia que seja. — Fazer pagamentos devidos a quem de direito, mediante recibos e quitações. — Dar, a premio, dinheiro do outorgante sob hypothecas, penhores e cauções, estipulando prazo, juros e condições que houver por conveniente. — Inscrever, nos competentes registros, hypothecas ou penhores, quando agricolas, ou a elles equiparados, constituidos á garantia de emprestimo ou quaesquer negociações que effectuar, assignando os respectivos extractos. — Fazer ou aceitar cessões ou subrogações de credits e direitos, quaesquer que sejam, pagando ou recebendo os respectivos valores, e assignando tudo que preciso fôr para taes fins. — Depositar dinheiro, valores, objectos, titulos e documentos em repartições publicas, caixas economicas, bancos, casas bancarias e mãos particulares, e livremente retirar e levantar os depositos feitos, quando lhe aprouver. — Fazer ou obter concessões de credito, em conta corrente ou simples, pelo tempo, juros e condições de estylo em convenções dessa natureza. — Sacar, aceitar, endossar lettras de cambio, e outrosim emitir notas promissórias de qualquer importancia ou valor. — Garantir por aval ou fiança, esses e outros quaesquer titulos de credito, em nome e directa responsabilidade obrigacional do outorgante. — Comprar e vender generos de sua conta ou consignação. — Proceder nas repartições publicas competentes a todos os despachos necessarios, de quaesquer generos, mercadorias ou productos, de sua propriedade, ou de outrem, que o outorgante represente. — Assignar termos de responsabilidade, quando haja mistér, com as declarações e obrigações que se lhe exigirem. — Effectuar a venda, ou compra de quaesquer bens, immoveis, moveis e semoventes, outorgando, aceitando e assignando, em nome do outorgante, as respectivas escripturas, recebendo ou pagando os devidos valores e importancias, com as necessarias quitações, e transferindo ou aceitando o dominio, posse, direitos e acções sobre os bens que assim alienar ou adquirir. — Transcrever, nas compras immobiliarias, os respectivos titulos de propriedade no registro geral competente, para os necessarios effeitos de direito, assignando tudo que preciso fôr. — Constituir hypothecas convencionaes sobre bens immoveis do outorgante, á segurança e garantia de quaesquer negociações de credito, por emprestimo ou mutuo, com ou sem juros, que outrosim, lhe autorisa effectuar, fazendo nas respectivas escripturas todas as declarações necessarias, inclusive a de não estarem sujeitas a responsabilidade de hypothecas legaes, quando assim o sejam, as propriedades que pretender obrigar áquelle vinculo real. — Renunciar, quando preciso, o fóro domiciliario do outorgante, presente ou futuro, para obrigar-o a responder perante certo e determinado fóro, por quaesquer actos ou contractos, que praticar ou effectuar no exercicio dos poderes que lhe confere este mandato. — Arrendar ou alugar os predios e terrenos do outorgante, aos prazos, rendas, condições e clausulas penaes que houver por conveniente. — Fazer contractos de empreitadas para concertos e reparos nos predios do outorgante ou para quaesquer novas construcções em terras de sua propriedade. — Retirar da repartição dos correios toda a correspondencia do outorgante, simples, registrada ou com valor. — Assignar a sua firma, pela do outorgante, em todas as suas relações commerciaes, e ainda nas escripturas publicas, papeis e documentos necessarios. — Fazer e assignar quaesquer contractos. civis e mercantis, com os capitães, porcentagem de lucros e demais clausulas que entender, bem como o distracto ou mutuo dissenso dos mesmos, com ou sem reposição pecuniaria, conforme accordar. — E finalmente substabelecer, no todo ou em parte, como lhe convier, os poderes aqui expressa e formalmente conferidos, e os substabelecidos em outros, tantas vezes quantas haja mistér, com a faculdade de revogar ou cancellar os substabelecimentos feitos por si ou seus delegados, avocando-se novamente o pleno exercicio do presente mandato. Assim o disse

sendo testemunhas presentes

os cidadãos Hermillo de Torres  
Bandeira e José Bencas  
moradores nesta cidade que este ouviram ler e assignaram com  
o outorgante. Eu Arthur da Paixão e Silva, 2.º Tabel-  
ião de Notas, a escrevi e eu publico e rasso assigno.  
Eu Testemunha de verdade (estava o signal publico)  
O Tabelião Publico Arthur da Paixão e Silva.  
(a a) Manuel Borria de Melo e Hermillo de Torres  
Bandeira e José Bencas. Estavam, devidamente  
testemunhados, quatro estampilhas federaes,  
em valor de mil e duzentos reis. — Macla-  
data e a empresa da dita que seu principio.  
Eu Arthur da Paixão e Silva, 2.º Tabelião de  
Notas, a escrevi e eu publico e rasso as-  
signo.

Eu Testemunha de verdade  
O Tabelião Publico  
Arthur da Paixão e Silva

ARTHUR DA PAIXÃO E SILVA

2.º Tabelião de Notas

SANTO ANTONIO-RIO MADEIRA  
MATTO GROSSO



# NOTA PROMISSORIA

Rs. 1.000.000

A 11 de Fevereiro de 1913 pagarei ao Sr. Manoel Corrêa de Azevedo  
ou à sua ordem, em S. Antonio ou onde me for esta NOTA PROMISSORIA  
apresentada a quantia de Um conto de reis valor recebido.

Rs. 1.000

S. Antonio 11 de Dezembro de 1912  
Com o rubro de  
Heitor

E. U. DO BRAZIL

À VENDA NA PRIMA FERREIRA PENNA-MANÃOS

N.º 194  
Rs. 1.000 pagou  
sello  
Meza de Renda de 1912  
Velho, de 1912  
Administrador  
M.º 1912  
M.º 1912







6  
Heslão

ao Escrivão Arthur da Paiva  
e Silva em vista de estar auzen  
te em serviço do Juiz e Escriv  
vão Jori Casimiro Bayma  
Santo Antonio, 14 de Março de 1913  
Jori Fortunato Sabonereau

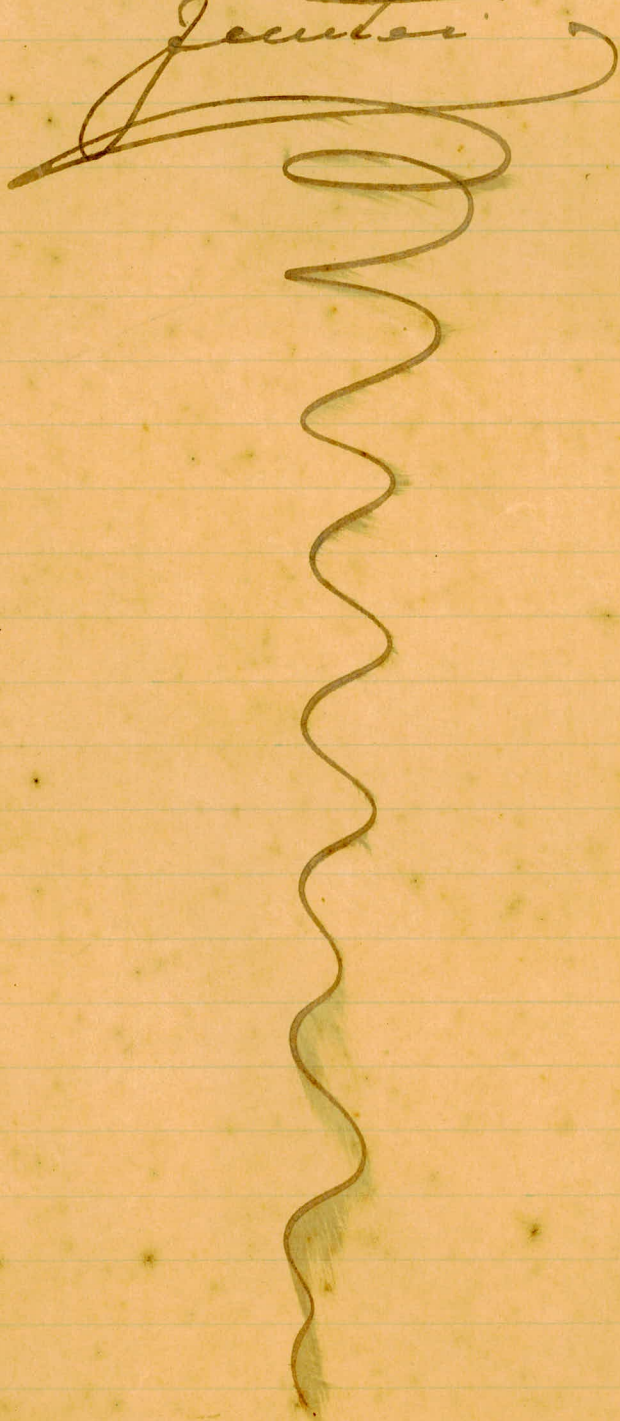


Jeutatr.

Os dezoito dias do  
mes de Março do anno  
de mil novecentos e tre-  
ze, eu mee Antonio, jun-  
tes a estes autos a peti-  
ção com despacho e ter-  
mos, deu adiante se v<sup>ra</sup>;  
do, deu fgaos este termos.

Eu Arthur de Faria e Sil-  
va, escriptas e escriptas

Jeutatr





J. L. Barão

~~Ex<sup>mo</sup>~~ Sr. D. J. J. de Direito  
dessa Comarca

Nos autos, o Escrivão presta o  
alvará e termo o termo de  
responsabilidade para o  
peticionário assignar.

S. Antonio, 14 de Março de  
1913. João Chaves

Di. Lusitans Barão, que tendo sido  
constituído advogado de Manoel Corrêa  
de Mello, para promover duas acções  
contra Romão Chaves e tendo somen-  
te no foro desta Comarca um  
advogado formado que está ausen-  
te no exercício de sua função de  
Promotor vem solicitar de V. Ex.<sup>cia</sup> a  
devida licença, assignando o peticiona-  
rio o termo de responsabilidade

J. Deferimento

Santo Antonio, 14 de Março de 1913  
Lusitans Barão





Termo de responsabi-  
lidade.

1  
Nos quinze dias do mes  
de Março de mil novecen-  
tos e treze, na citta de Villa  
de Santo Antonio do Rio Gra-  
deiro, em meu cartorio  
comparecem o Cidadão Lu-  
iz Antonio Barreto, e disse  
que em virtude da petição  
e seu despacho retro, vi-  
rho assignar Termo de  
responsabilidade, sea for-  
neira da Lei, para regerem  
e assignar tudo perante re-  
gi necessário, como advo-  
gado nas causas referi-  
das na mesma petição;  
suscitando-se a todas as  
peças, que pela mesma  
Lei são encargados. Em  
Orthem do Tairas e Silva,  
escrivão, o escrevi.

Luiz Antonio Barreto

### Certidão

Certifico que, em obedi-  
encia ao despacho na  
petição retro, foi expe-  
dido o alvará, na forma  
da Lei, do que dou fé



fe. Santo Antonio do Rio  
Madeiro, em 15 de Março de  
1913.

Esaiwas  
Arthur da Silva

Certidão

Certifico que em cumprimento  
de despacho esarado  
na petição de fl. 2, sabien-  
do de meu Cartorio inter-  
vier em sua propria pes-  
soa o Senhor Roman  
Chaves, por todo o conteúdo  
da mesma petição e seu  
despacho; do que ficou  
ciente e deu fe. Vello  
do Santo Antonio do Rio  
Madeiro, em 17 de Março  
de 1913.

Esaiwas  
Arthur da Silva

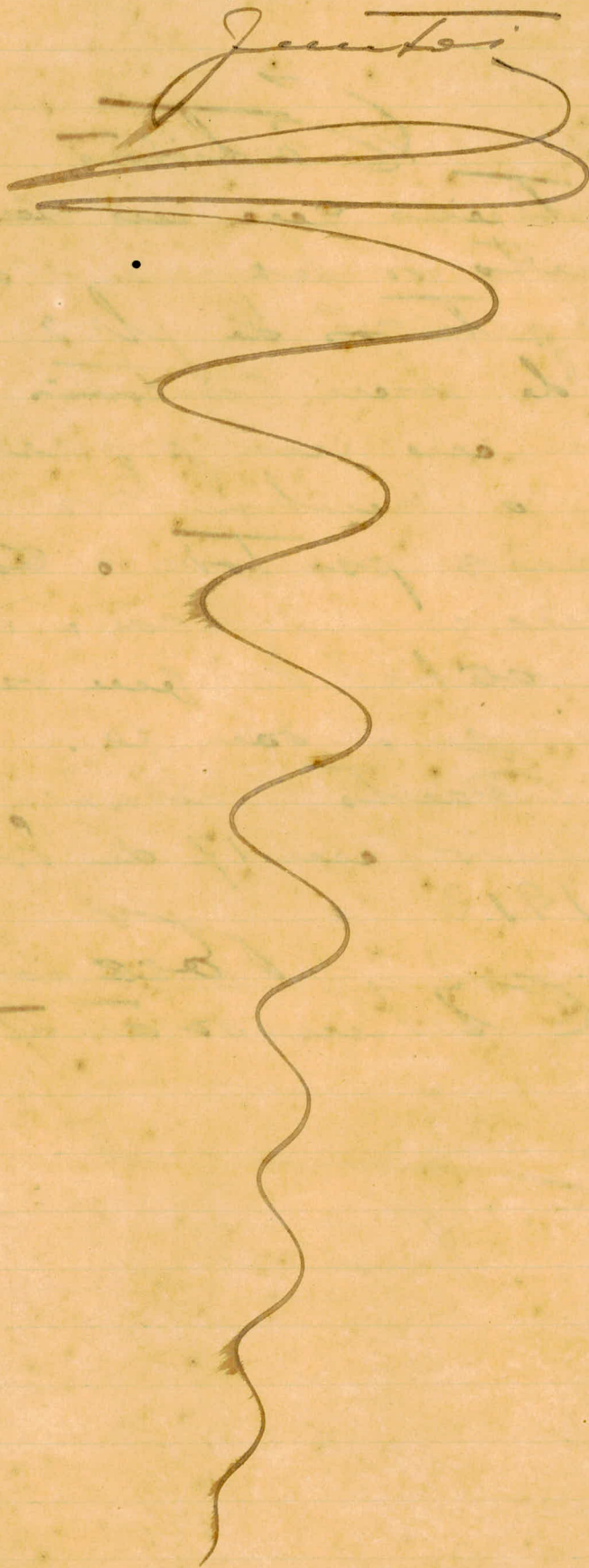
Justada

Os vinte e sete dias  
do mês de Março do  
ano de mil nove-  
tos e treze, em meu  
Cartorio juntei a estes



estes autos a petição  
com despatcho, sem ad-  
ante se não; do que  
fazer este termo. E os  
Chiffres em caixa e Dito,  
escrever o escrever.

January





8  
Jesús

Ex<sup>ma</sup> Im<sup>da</sup> J<sup>ca</sup> de Direito desta Comarca

Nos autos, como seguer. Laudo  
Antonio, 27 de Março de 1913.

João Chaves

Diz Manoel Corrêa de Melo, por seu  
advogado abaixo assignado, na acção  
ordinaria que move á Roman Chaves,  
para pagamento da quantia de  
um conto de reis e custas, quer  
desistir da continuacão de seus ter-  
mos, para que nella se ponha  
perpetuo silencio; e por isso requer  
a V<sup>oa</sup> Ex.<sup>cia</sup> se dignar ordenar que, o  
respectivo escrivão lavre o termo requere-  
rido, havendo a V<sup>oa</sup> Ex.<sup>cia</sup> a mesma de-  
sistencia como boa, julgando-a por  
sentença e contando-se os autos para  
serem pelo supp.<sup>te</sup> pagas as custas,

P. Deferimento

Caro Senhor Juiz de Direito  
Luitpold





## Termos de desistência

Os vinte e sete dias  
do mês de Março do anno  
de mil novecentos e Treze  
n'esta d' Santo Antonio  
do Rio Grande, do Estado  
de Matto Grosso, na sala  
das audiencias d'este  
Juizo, onde presente  
se achava o Ex. Senhor  
Pactor João Chaban, Juiz  
de Direito da Comarca, Com-  
migo escrivão de seu  
cargo abaixo nomeado,  
Compareceram Manoel Cor-  
reia de Melo, representa-  
do por seu procurador  
Cidadão heritaneu Barretto,  
e disse que na foreza  
de sua petição retro, decis-  
tia da continuacão dos  
Termos da accão ordinaria,  
por elle proposta contra  
Roman Chaves, para que  
nella se fizesse perpetuo  
silencio. E de como  
assim o disse, lavrei  
este termo que he  
assigna o advogado do  
autor, com o Juiz e o  
Senhor Roman Chaves  
seu presente se achava



achado. Ego Othman do  
Paixão e Silva, escrevendo  
estes

João Chaves  
Huntman Barik  
Roman Chaves  
[Signature]

Certidão.

Certifico que em virtude  
da desistência retro, dei-  
xei de juntar cópia do  
termo de audiência, re-  
ferente a estes autos.  
Paujo, Santo Othman  
do Rio Madeiro, em 27 de  
Março de 1913.

Escrivão  
Othman da Paixão Silva

Seu  
Fazem estes autos o sel-  
lo de oito folhas inalu-  
gíveis em um branco.  
Santo Othman do Rio  
Madeiro, em 27 de Mar-  
ço de 1913.

Escrivão  
Othman da Paixão Silva

Con -



## Conclusão -

Os vinte e sete dias  
do mês de Março do anno  
de mil novecentos e treze,  
nesta Villa de Santo An-  
tonio do Rio Madeiro, em  
meu Cartorio faço estes  
autos conclusivos ao Ex.  
Senhor Doutor Juiz de Peci-  
to da Comarca; do que faço  
este termo. Em ~~Chacara da~~  
~~Paiçãs e Silva~~ ~~escrivão~~  
escrivão.



Fulgo por sentença em  
obediência de J.º para  
que produza seus assis-  
tos e legados effectos. Pagos  
as custas pelos assistentes.  
Santo Antonio, 27 de mar-  
ço de 1913.

João Chacoy

## Data

Os vinte e sete dias  
do mês de Março do an-  
no de mil novecentos  
e treze, em meu Carto-  
rio em foram entregues  
estes autos, por parte



# Custas.

10  
Júlio

Juiz -	
Prepachos (3)	9.000
Audencia	5.000
Desistencia	5.000
Julgamento	<u>15.000</u>
	34.000

Distribuidor	
Pela distribuição	<u>5.000</u>

Escrivão	
Autuação	2.000
Termos pequenos	4.000
1 termo grande	5.000
Certidos	4.000
Intimação e certidão	10.000
Religenciar	15.000
Desistencia	5.000
Certidos	4.000
Guia	<u>2.000</u>
	57.000

Cautador	
Pela caução	6.000

Sealos	5.000
--------	-------



11  
Heisões

parte do Ex<sup>mo</sup> Senhor Pau-  
tor Juiz de Direito da Coman-  
da; do que faço este bo-  
m. Com Artigos de dadas  
e Senhor, escrevendo o escrivão.  
R. C. b. d. 3